

DIFERENÇAS E DIVERSIDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: DEBATES NA SOCIEDADE E NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Prof. Esp. Caio Henrique Oliveira e Silva - Mestrando

Pontifícia Universidade Católica De Goiás

caio_henrique_gyn@hotmail.com

Prof. Dr. Renato Barros de Almeida

Pontifícia Universidade Católica De Goiás

Universidade Estadual de Goiás

Prof. Pós-Doutor Romilson Martins Siqueira

Pontifícia Universidade Católica De Goiás

INTRODUÇÃO

As diferenças e a diversidade são conceitos essenciais para entender as dinâmicas sociais e educacionais contemporâneas, especialmente no Brasil, onde essas questões estão no centro das políticas públicas educacionais, com destaque para a formação de professores. A emergência desses debates está ligada à luta dos movimentos sociais por reconhecimento e igualdade, resultando em impactos significativos nas diretrizes curriculares nacionais. Este estudo analisa como as concepções de diferença e diversidade são aplicadas na educação, com foco na Resolução CNE/CP N° 04/2024 e seus reflexos na formação docente. A sociedade brasileira, marcada por um histórico de exclusão e hierarquização social, tem experimentado uma crescente polarização sobre esses temas, exigindo um olhar mais crítico sobre o papel da educação na promoção da equidade. O trabalho se apoia em estudos de autores como Abramowicz, Rodrigues e Cruz (2011), que discutem a diferença como um conceito histórico e relacional, e Dourado e Siqueira (2022), que abordam os impactos das mudanças políticas na educação brasileira.

DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, é necessário destacar que o Brasil, em sua construção histórica, carrega um legado de colonialismo e racismo estrutural que molda as relações sociais até os dias atuais. Frigotto (2017) é citado para evidenciar como esses fatores históricos geraram um contexto social em que o racismo, machismo, misoginia, homofobia, xenofobia e outras formas de preconceito dominaram as práticas sociais e políticas, com

escassos enfrentamentos. Esse contexto de desigualdade estrutural é, em muitos momentos, obscurecido por discursos de "inclusão", como observam ABRAMOWICZ, RODRIGUES e CRUZ (2011), que afirmam que, a partir da década de 1980, movimentos sociais começaram a questionar a discriminação, destacando as demandas de reconhecimento e igualdade social.

Argumentamos que, ao invés de reconhecer as lutas por direitos e a importância de uma verdadeira valorização das diferenças, o discurso político educacional frequentemente esconde as relações de poder e as desigualdades estruturais que sustentam as diferenças. Assim, destacamos a importância de uma compreensão mais profunda e crítica dos conceitos de diferença e diversidade no campo educacional, sem que esses temas sejam reduzidos a discursos vazios ou superficiais.

Em nosso segundo ponto, tratamos da relação entre as concepções de diferenças e diversidade e sua aplicação no contexto educacional, especialmente na formação de professores. A partir das contribuições de ABRAMOWICZ, RODRIGUES e CRUZ (2011), entendemos que a diferença, do ponto de vista sociológico, está relacionada às especificidades que distinguem os indivíduos em uma perspectiva relacional, social e histórica. Portanto, ela deve ser valorizada e reconhecida por reconhecer grupos sociais diversos. Todavia, em tempos de neoliberalismo, ela vem sendo usada para justificar desigualdades e exclusões. Defendemos as diferenças, jamais a desigualdade. Já a diversidade é geralmente apresentada como forma de ressaltar o que há de mais específico, singular de um grupo ou contexto, o que exprime ainda mais sua riqueza cultural. Por outro lado, ela também pode ser uma ferramenta que despolitiza as relações de poder, ao ocultar as desigualdades.

Seguindo essa linha, concluímos que os conceitos de diferenças e diversidade podem ser discutidos sob três abordagens teóricas principais. A primeira aborda as diferenças como contradições que podem ser apaziguadas, utilizando conceitos como o multiculturalismo para promover uma convivência tolerante. A segunda linha teórica, de natureza liberal ou neoliberal, vê a diversidade como uma forma de expandir os mercados e territórios do capital, criando nichos de consumo a partir das identidades culturais. A terceira linha, de caráter crítico, reconhece que as diferenças, do ponto de vista sociológico, como fundamentais, porém, busca-se desvelar as estruturas sociais de opressão e

exclusão, devendo, portanto, ser compreendidas e tratadas de forma crítica, sem naturalizá-las.

Essa abordagem crítica, que questiona as bases sociais e históricas da desigualdade nas diferenças, é fundamental para evitar que a educação reforce as desigualdades existentes. Portanto, acreditamos que é necessário promover uma educação que não apenas reconheça a diversidade, mas que também transforme as relações sociais que perpetuam as desigualdades, com uma análise crítica das estruturas de poder.

A educação, conforme entendemos, é um processo social e histórico que vai além da transmissão de conhecimento. Libâneo (2001) define a educação como um conjunto de processos e influências que atuam no desenvolvimento humano, considerando suas relações com o meio natural e social, enquanto Dourado (2013) amplia a definição, incluindo o ambiente familiar, o trabalho e as manifestações culturais. A escola, por sua vez, é uma instituição social que visa promover esses processos formativos.

Criticamos a origem da escola brasileira, que segue um modelo inspirado na tradição republicana francesa, sendo construída sob a ideia de uma educação única e igual para todos. Isso, como destacam ABRAMOWICZ, RODRIGUES e CRUZ (2011), esconde as diferenças e desconsidera as desigualdades sociais e culturais que existem na sociedade brasileira. Embora o Brasil tenha elaborado documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais, que buscam abordar temas como ética, meio ambiente e pluralidade cultural, argumentamos que a educação brasileira ainda adota um modelo multicultural que promove apenas a tolerância, sem questionar as bases sociais que sustentam as desigualdades.

Para que a escola cumpra sua função, acreditamos que é fundamental que adote uma postura crítica em relação às diferenças, promovendo uma conscientização dos alunos sobre as relações de poder, dominação e exclusão social que estruturam as desigualdades. A educação deve permitir que os sujeitos se reconheçam e se posicionem criticamente em relação às diferenças, o que requer uma formação de professores que vá além de uma abordagem técnica e superficial.

O campo da formação de professores no Brasil é descrito como um espaço de constante disputa, onde diferentes concepções e interesses se entrelaçam, o que torna o

processo de formação algo instável e sujeito a rupturas e continuidades. As políticas públicas para a formação de professores, muitas vezes, são de governo, e não de Estado, o que leva à descontinuidade das reformas educacionais com a troca de administrações.

Discutimos também as resoluções nacionais para a formação de professores, destacando que elas são fruto de disputas entre movimentos sociais, entidades acadêmicas, o governo e outras organizações civis. Embora haja avanços em algumas áreas, criticamos a falta de uma abordagem crítica e emancipadora no processo de formação de professores, especialmente no que diz respeito à abordagem das diferenças e das diversidades. Defendemos a implementação de um projeto de formação de professores que promova uma compreensão crítica das diferenças e que vá além de um modelo multicultural superficial, sendo capaz de transformar as estruturas sociais que mantêm as desigualdades.

A Resolução CNE/CP N° 04/2024 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores no Brasil, mas a criticamos por sua abordagem superficial sobre a diversidade e a diferença. O documento enfatiza a diversidade cultural, mas sem questionar as relações de poder que sustentam as desigualdades. Como apontam ABRAMOWICZ, RODRIGUES e CRUZ (2011), o uso do termo diversidade esconde as desigualdades estruturais, tratando a diversidade como uma questão de convivência tolerante, sem problematizar as causas profundas das diferenças sociais.

Observamos que a resolução se insere em um contexto político que reflete a ascensão de políticas neoliberais e conservadoras, que tendem a reforçar o status quo e a lógica capitalista. Embora o discurso sobre diversidade seja amplamente aceito, ele é usado de forma a manter as hierarquias sociais e a não questionar as bases que produzem e mantêm as desigualdades. Defendemos que a formação de professores deve ser mais crítica e voltada para a transformação social, questionando as estruturas de poder e dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é essencial adotarmos uma abordagem crítica sobre a diferença e a diversidade na educação brasileira. A formação docente deve ir além da mera valorização das diferenças culturais, promovendo uma compreensão ampla das relações de poder e exclusão. Precisamos de um modelo de educação que não apenas celebre a

diversidade, mas que ativamente contribua para a superação das desigualdades estruturais. A Resolução CNE/CP Nº 04/2024 representa avanços no reconhecimento da diversidade, mas limitações ao não questionar as bases sociais da exclusão, tornando a luta por uma educação inclusiva e emancipadora um desafio constante. Por isso, é necessário que a sociedade civil, movimentos sociais e acadêmicos continuem a defender uma formação de professores alinhada à epistemologia da *práxis*, garantindo uma educação transformadora e equitativa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. *A diferença e a diversidade na educação*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes; SIQUEIRA, Romilson Martins. *Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores: retrocessos e resistência propositiva*. TEXTURA - Revista de Educação e Letras, 2022.

DOURADO, Luiz Fernandes. *A formação de professores e a base comum nacional: questões e proposições para o debate*. RBPAAE, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. UERJ, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas*. Educar, 2001.

RESOLUÇÃO CNE/CP 4/2024. *Diário Oficial da União*, 3 de junho de 2024.